



BANCO  
CARREGOSA



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 30 DE JUNHO 2010



**Balanço Consolidado (NCA)**

€

	Notas / Quadros anexos	30-06-2010			30-06-2009
		Valor antes de provisões imparidade e amortizações 1	Provisões imparidade e amortizações 2	Valor Líquido 3=1-2	Valor Líquido
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	2.243.037	-	2.243.037	525.875
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	15.037.924	-	15.037.924	5.559.502
Activos financeiros detidos para negociação	5	30.246.182	-	30.246.182	15.943.653
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	6	4.164.665	-	4.164.665	3.808.684
Aplicações em instituições de crédito	8	24.076.111	-	24.076.111	9.780.472
Crédito a clientes	9 e 17	6.020.982	(32.062)	5.988.921	4.830.471
Investimentos detidos até à maturidade	7	6.328	-	6.328	27.148
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	10	175.000	-	175.000	175.000
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	11	7.276.829	(3.133.116)	4.143.713	4.334.059
Activos intangíveis	11	2.493.815	(2.155.843)	337.972	147.986
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	12	9	-	9	96
Activos por impostos correntes	13	8.684	-	8.684	102.879
Activos por impostos diferidos	13	66.602	-	66.602	111.938
Outros activos	14	1.657.333	-	1.657.333	4.086.227
<b>Total de Activo</b>		<b>93.473.500</b>	<b>(5.321.021)</b>	<b>88.152.480</b>	<b>49.433.990</b>

**Balanço Consolidado (NCA)**

€

Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	30-06-2010	30-06-2009
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Recursos de outras instituições de crédito	15	27.788.790	96.161
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	25.234.759	17.260.020
Responsabilidades representadas por títulos		-	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-
Provisões	9 e 17	61.441	90.123
Passivos por impostos correntes		-	4.806
Passivos por impostos diferidos		-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-
Outros passivos subordinados		-	-
Outros passivos	18	14.270.230	10.963.894
<b>Total de Passivo</b>		<b>67.355.220</b>	<b>28.415.004</b>
Capital	19	17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão	20	369.257	369.257
Outros instrumentos de capital		-	-
Acções próprias		-	-
Reservas de reavaliação	20	157.959	(155.820)
Outras reservas e resultados transitados	20	1.756.125	1.585.772
Resultado consolidado do exercício	20	(211.468)	390.144
Dividendos antecipados		-	-
<b>Total de Capital Próprio atribuível ao Grupo</b>		<b>19.571.873</b>	<b>19.689.353</b>
Interesses Minoritários	20	1.225.386	1.329.633
<b>Total de Capital Próprio</b>		<b>20.797.260</b>	<b>21.018.986</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>88.152.480</b>	<b>49.433.990</b>

**Demonstração Consolidada de Resultados (NCA)**

€

	Notas/ Quadros anexos	30-06-2010	30-06-2009
Juros e rendimentos similares	21	1.222.481	1.045.168
Juros e encargos similares	21	(301.921)	(321.860)
<b>Margem financeira</b>		<b>920.560</b>	<b>723.309</b>
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	22	4.268.509	3.336.676
Encargos com serviços e comissões	22	(1.851.776)	(1.379.375)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	23	(830.844)	1.471.057
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	24	509.984	76.258
Resultados de reavaliação cambial	25	550.207	(171.961)
Resultados de alienação de outros activos	26	3.666	-
Outros resultados de exploração	27	(63.796)	(53.487)
<b>Produto da actividade</b>		<b>3.506.509</b>	<b>4.002.477</b>
Custos com pessoal	28	(1.915.160)	(1.545.419)
Gastos gerais administrativos	29	(1.403.444)	(1.474.042)
Depreciações e amortizações	30	(290.297)	(252.903)
Provisões líquidas de anulações	17	(3.767)	(27.610)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	17	835	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	(1.531)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		-	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(105.325)</b>	<b>700.972</b>
Impostos			
Correntes		(148.056)	(301.814)
Diferidos		-	0
<b>Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas</b>		<b>(253.381)</b>	<b>399.158</b>
Interesses Minoritários		41.913	-9.014
<b>Resultado consolidado do exercício</b>		<b>(211.468)</b>	<b>390.144</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

### 1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L. J. Carregosa, S.A., (adiante designada por “Banco Carregosa” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída em 1994.

Em **Novembro de 2006**, a L. J. Carregosa apresentou ao Banco de Portugal um pedido de autorização para a fusão por incorporação das sociedades Personal Value – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. e L.J. Carregosa & Companhia, Lda. e por este aceite em 19 de Junho de 2008.

Conforme escritura da fusão, as operações contabilísticas consideraram-se efectuadas por conta da sociedade incorporante, o Banco L. J. Carregosa, S.A., a partir da data de aprovação pelo Banco de Portugal supra referida,

Com a alteração da sociedade, a actividade do Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e o exercício de todas as outras actividades expressamente autorizadas nos termos da lei.

Em concordância com o projecto de expansão, o Banco Carregosa adquiriu já no exercício de 2010, participações nas Sociedades LISBON BROKERS, SA e FMP, SGPS, mais concretamente em **04 de Março**.

As empresas incluídas no perímetro de consolidação, nas quais o Banco Carregosa detém uma participação em que exerce o controlo efectivo sobre as mesmas, são as seguintes:

FILIAIS E ASSOCIADAS	CAPITAL SOCIAL	%PARTICIPAÇÃO	VALOR PARTICIPAÇÃO	METODO CONSOLIDAÇÃO
LISBON BROKERS, SA	1,275,856.40	84.84%	1,516,957.28	INTEGRAL
FRANCISCO MARQUES PEREIRA SGPS, SA	1,014,856.00	85.00%	181,278.81	INTEGRAL
GORDIO, SA	50,000.00	49.00%	980,000.00	INTEGRAL
COOLINK, LDA	45,000.00	50.00%	25,000.00	INTEGRAL

### 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2010 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal.

Para efeitos de comparabilidade e a título de proforma, incluiu-se no ano de 2009 todas as filiais e associadas do grupo actual.

A Sociedade apresentou as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA's pela primeira vez no exercício de 2006. As NCA's correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto no que se refere aos seguintes aspectos:

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- i) Provisionamento do crédito concedido – é mantido o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, de 21 de Fevereiro, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, e demais instruções e normas aplicáveis emitidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente no que se refere à anulação de juros;
- ii) Eliminação da opção do justo valor na valorização de activos intangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas até à data pela Comissão Europeia diferem da versão integral em vigor das IFRS/IAS publicadas pelo IASB no que se refere à eliminação de certas restrições na aplicação da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração.

Conforme estabelecido na IAS 39 e IAS 21 os ganhos e perdas cambiais, relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira que não sejam itens monetários de acordo com a IAS 21, são reconhecidos directamente em capital próprio, numa rubrica de reservas.

## 2.2 Princípios de consolidação

Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

### **LISBON BROKERS, SA**

A LISBON BROKERS – Sociedade Corretora, S.A. constituída em 20 de Julho de 1999, iniciou a sua actividade de intermediação financeira em 11 de Janeiro de 2000.

A Sociedade tem por objecto a realização de todas as operações permitidas às Sociedades Corretoras, nomeadamente:

- Compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros;
- Processamento de carteiras de clientes;
- Guarda de valores mobiliários;
- Cobrança de rendimentos de valores mobiliários;
- Exercício de outros direitos sociais e ainda outras actividades desde que autorizadas.

Em 04 de Março de 2010 o Banco LJ Carregosa adquiriu directamente 34.95% do seu capital.

### **FRANCISCO MARQUES PEREIRA, SGPS, SA**

A FRANCISCO MARQUES PEREIRA, SGPS, SA constituída em 1 de Julho de 1999, iniciou a sua actividade como sociedade gestora de participações sociais.

Em 04 de Março de 2010 o Banco LJ Carregosa adquiriu directamente 85% do seu capital e indirectamente 49,89% do capital da LISBON BROKERS, por esta detida.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**COOL LINK, SERVIÇOS INFORMÁTICOS E DE CONSULTADORIA, LDA**

A Cool Link é uma Sociedade por quotas e tem como objecto da sua actividade a Comercialização, Importação, Exportação, implementação e Desenvolvimento de soluções e programas informáticos.

Foi constituída em 5 de Fevereiro de 2007, detendo o Banco L.J. Carregosa uma quota de 50% representativa do seu capital social no valor de 50.000 euros.

**GÓRDIO, EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, SA**

A Górdio é uma Sociedade Anónima e tem como objecto da sua actividade a consultadoria, comercialização, promoção, projecção, criação e desenvolvimento de empreendimentos e estabelecimentos industriais e comerciais

Foi constituída em 28 de Julho de 1994, detendo o Banco L.J. Carregosa 49% do seu capital social no valor de 50.000 euros.

As participações financeiras em que o Banco Carregosa exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Banco Carregosa exerce controlo sobre a Coolink, Górdio, FMP e Lisbon Brokers, uma vez que detém o poder, directa e indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de todas as Sociedades, ainda que a percentagem detida no Capital não seja superior a 50%.

Os investimentos em participações financeiras são registados pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data de compra dos activos adquiridos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente relacionados com a aquisição.

O “goodwill” (diferença de consolidação) resultante da aquisição das participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Ao abrigo das IFRS, o “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do “goodwill” é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em custos do exercício.

Todas as operações entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação.

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

b) Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

c) Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se encontrem sujeitas a perdas de imparidade. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, que não sejam itens monetários de acordo com a IAS 21, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital numa rubrica de reservas. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

d) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entende-se por “créditos a clientes e valores a receber de outros devedores”, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso 3/95 do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

### e) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. A venda dos bens registados nesta rubrica deverá ocorrer até um período máximo de um ano após o registo inicial.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

### f) Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos quando considerado adequado.

- Provisões para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

- Provisões para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo dos contratos de abertura de crédito em conta corrente.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

g) Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

EQUIPAMENTO	ANOS
Equipamento de transporte	4 - 8
Mobiliário e material	8 - 16
Equipamento informático	3 - 8
Outras imobilizações corpóreas	5 - 20

h) Activos intangíveis

Os activos intangíveis, são compostos essencialmente por “software”. Estão registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são registadas de forma linear, ao longo de três anos.

i) Investimentos em associadas

As partes de capital em empresas associadas encontram-se registadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

Dentro do perímetro de supervisão do Banco de Portugal, utilizou-se o método de equivalência patrimonial para a associada Górdio, SA.

j) Outros passivos financeiros - Recursos de outras instituições de crédito, recursos de clientes. Outros empréstimos, e outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

### k) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

### l) Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

### m) Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

### n) Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como um custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros, são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

São registados impostos diferidos passivos ou activos, no exercício em que se toma conhecimento, os relativos a operações que tenham repercussões nos resultados futuros da empresa.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

o) Benefícios aos empregados

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário, o Banco Carregosa, assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, desde que aqueles benefícios não sejam suportados pelo Sistema Nacional de Pensões. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades junto de todos os colaboradores não sujeitos ao regime da Segurança Social, o Banco Carregosa aderiu ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensões.

As responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se, estas últimas, tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações emitidas no mercado nacional por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, a sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, subsídio por morte e prémio de antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são determinadas com base em avaliações actuarias, de forma similar às responsabilidades com pensões, e registados na rubrica de Outros passivos.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

2.4. Gestão do risco

Em tudo o que precede identificado como Banco Carregosa, aplica-se de igual forma e dentro do seu âmbito específico, às actividades da Lisbon Brokers, S.A.

2.4.1. Função de Gestão do Risco

A gestão de risco é composta pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes aos quais o Banco se encontra sujeito, mantendo-os em níveis dentro dos limites determinados pela Comissão Executiva. Pretende-se com isto que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afectem materialmente a situação financeira da Instituição.

Desta forma a política de gestão de riscos visa manter, em permanência, a adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida.

Deseja-se ainda o apuramento de um factor de ajustamento às rentabilidades das operações efectivas e potenciais, com o objectivo de:

- Obter valores homogéneos e comparáveis;
- Seleccionar as operações que se encontram na fronteira de máxima eficiência de risco/retorno;
- Seleccionar as operações que mais se adequam à nossa estratégia;
- Analisar as sinergias das operações;
- Obter uma medida de risco/retorno do Banco como um todo;
- Permitir a fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;

2.4.2. Estrutura Orgânica da Gestão do Risco

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, na qual o Conselho de Administração, em 5 de Maio de 2009, delegou os poderes de gestão que não sejam indisponíveis face à Lei, aos Estatutos ou ao seu Regulamento, é a instância máxima na monitorização e gestão de riscos e alocação de capital.

Dada a importância do risco na fidúcia, a Comissão Executiva procura, em primeiro lugar, inculcar a todos os Departamentos e Colaboradores uma cultura de avaliação cuidada do risco. Não obstante, o Banco mantém uma estrutura com funções específicas na gestão do risco.

Nestas funções, é auxiliada pela Comissão de Activos e Passivos (ALCO), com funções consultivas. Este órgão reúne pelo menos mensalmente, tendo como membros a Comissão Executiva, o Director do *Private Banking*, o Director Financeiro e o Responsável pela Gestão de Carteiras. Das reuniões são emanadas recomendações relativamente à captação de recursos e sua aplicação, por maioria dos votos presentes, tendo o Presidente da Comissão Executiva o voto de qualidade em caso de empate.

O Director Financeiro gere a carteira própria, de acordo com as recomendações do ALCO e com as decisões da Comissão Executiva. No exercício dessa sua atribuição, gere as posições de cobertura cambial dentro dos limites de exposição pretendidos pelo Banco.

O Departamento de Risco identifica, monitoriza e controla, numa perspectiva qualitativa e quantitativa, os riscos, transmitindo à Comissão Executiva os resultados, por meio de reportes, quer regulares quer esporádicos, detectando eventuais deficiências e propondo medidas correctivas.



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão procede à contabilização das operações e à elaboração de reportes financeiros de uso estratégico e de gestão para a Comissão Executiva.

A Auditoria Interna, através de uma actuação competente e atempada, é responsável por prevenir a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos, quer morais quer materiais, antiéticos ou, simplesmente, de natureza desviante para a Instituição.

O Departamento de Compliance assegura a constante sindicância do cumprimento das normas prudenciais a que o Banco se encontra sujeito, através, entre outros, do acompanhamento e da avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respectivo cumprimento.

O papel central da Comissão Executiva no organigrama garante agilidade na tomada de decisões e, com o apoio do Director Central, dissemina as estratégias e decisões em termos de adequação de capital e gestão de riscos.

A segregação e independência de funções de todas as áreas no Banco Carregosa é assegurada pelo reporte directo à Comissão Executiva.

Neste sentido, a estrutura organizacional afigura-se adequada para garantir a segregação de funções e responsabilidades no processo de gestão, o que facilita o cumprimento do quadro normativo de controlo de risco, minimizando a ocorrência de conflitos de interesse entre as áreas de negócio, de risco e controlo.

Para a prossecução dos seus objectivos, o Banco encontra-se dotado de uma ferramenta informática central onde se encontra reunida toda a informação, com as devidas políticas de segurança. Em paralelo com a base de dados central utilizam-se ferramentas de análise de risco da Bloomberg e da Reuters.

O Banco Carregosa desenvolve os seus melhores esforços para garantir que o processo de gestão de risco é um processo de melhoria contínua e de permanente reavaliação da adequação dos recursos às necessidades.

a) Risco de Crédito

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito (incluindo o titulado), linhas de crédito, garantias e derivados.

Para efeitos prudenciais o Banco utiliza o método padrão, conforme definido no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal. Não existe ainda nenhum cálculo de probabilidade de incumprimento (PD), nem de perda dado o incumprimento (LGD), dada a falta de histórico.

O Banco analisa o risco de crédito sobre as operações de crédito a clientes, investimentos nas carteiras próprias e nos depósitos à ordem e a prazo.

Por defeito, adoptamos as notações de qualidade creditícia da Standard & Poor's para as obrigações e Instituições de crédito onde se encontram os depósitos à ordem e a prazo. Caso não exista esta notação, apuramos a notação dada pela Moody's e pela Fitch. Prioritariamente tentam-se encontrar notações para as emissões em questão, e em segunda linha as notações dos emitentes. Para administrações centrais e bancos centrais utilizamos as três notações, conforme o definido pelo Aviso nº 5/2007. Estas notações são analisadas mensalmente pelo Departamento de Risco para as posições das carteiras próprias.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A análise de qualidade de crédito nas operações de crédito a clientes não passa pela atribuição de notações standardizadas e é detalhado na Política de Concessão de Crédito. O Regulamento de Crédito estabelece os tipos e categorias de crédito. No mesmo documento a Comissão Executiva delega poderes de decisão sobre créditos a clientes, nominativos, com condições standard e limites até 100.000,00 EUR, para aquisição de valores mobiliários através de conta-corrente caucionada, mantendo a exclusividade de decisão da Comissão Executiva para os outros créditos.

A maior parte destas operações destina-se à aquisição de valores mobiliários e são garantidas por títulos em conta-corrente caucionada, mediante assinatura de contrato standard. As garantias consideradas para este tipo de crédito são valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados avaliadas ao preço de mercado. Operacionalmente compara-se o valor das garantias, após a aplicação de um factor de ajustamento de volatilidade, publicado pelo SaxoBank. Os títulos não incluídos nesta lista têm um ajustamento de volatilidade de 100 %, salvo reduzidas excepções de títulos de dívida e títulos transaccionados na Euronext Lisboa, não transaccionados, nem considerados pelo Banco citado. Quando o valor ajustado das mesmas é igual à dívida, o cliente não pode adquirir mais posições. Quando o valor das garantias, com metade do ajustamento é igual ou inferior à dívida o Departamento de Risco ordena o fecho compulsivo das posições. Dada esta gestão de risco, consideramos apropriado aplicar os métodos regulamentares para apuramento dos ajustamentos de volatilidade para o método integral das cauções financeiras, para efeitos prudenciais. Consideramos ainda que a prazo temos condições para pedir ao Banco de Portugal a redução dos ajustamentos de volatilidade, uma vez que o prazo de desfasamento entre o incumprimento e a execução dos títulos é, no máximo, de um dia.

Os outros créditos a clientes são contratados mediante assinatura de contrato standard ou aprovado pelo Departamento Jurídico. Embora as garantias sejam de elevada importância na decisão, continuam sem ser integradas para efeitos prudenciais. Neste sentido, e à semelhança do que foi feito nas contas-correntes caucionadas, pretende-se integrar as garantias recebidas, utilizando o mesmo método quando se tratem de títulos negociáveis e outros métodos regulamentares para outros tipos de garantias.

A concentração das contrapartes é gerida pela Comissão Executiva, nomeadamente na decisão da alocação de depósitos a prazo e à ordem, bem como na decisão sobre créditos com valores mais relevantes. Neste sentido, o Departamento de Risco produz um relatório diário incidindo sobre as carteiras próprias e sobre as aplicações em depósitos a prazo, com inclusão de medidas de concentração simples e ponderadas pelo tempo até à maturidade e pela qualidade creditícia da contraparte, alertando ainda para incumprimentos relativamente aos limites de discricionariedade de gestão delegados ao Director Financeiro. Dada a nossa actividade, torna-se difícil reduzir a concentração relativamente a sectores de actividade. A manutenção de elevados valores em Depósitos à Ordem e a Prazo, provoca concentração no sector financeiro, cujo baixo risco inerente aos activos deve ser tido em conta em qualquer análise;

#### b) Risco de Mercado

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções, preços de mercadorias. O risco de mercado decorre, principalmente, de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

Dentro deste risco consideramos os subtipos de risco de taxa de juro, cambial e de liquidação dada a relação próxima na sua gestão.

O Banco mantém aplicações nos mercados financeiros através das suas carteiras próprias de activos avaliados ao justo valor e de activos disponíveis para venda, conforme o Aviso 8/2007, registado de acordo com as IAS 36, 38 e 39. A avaliação destas carteiras é feita no Coolbiz várias vezes ao dia, sempre que a cotação esteja disponível. Contabilisticamente, registam-se ambas as carteiras ao justo



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

valor. As perdas ou ganhos não realizados são levados a reservas no caso de activos disponíveis para venda e a resultados no caso de títulos avaliados ao justo valor.

Dada a inclusão dos subtipos de risco indicados acima, encontramos ainda risco de taxa de juro nos depósitos a prazo activos e passivos, créditos e em títulos de dívida nas carteiras próprias.

O risco cambial é analisado pela exposição total do Banco a moeda externa e é gerido através de posições de FOREX, de forma a manter uma exposição reduzida.

O risco de liquidação, que é um risco mais misto, entre risco de crédito, mercado e operacional, incide sobre as liquidações de operações executadas pelo Banco, mais propriamente naquelas em que há lugar à liquidação externa. Quando as liquidações destas operações se atrasam (para lá da data-valor prevista), registamos liquidações simétricas às originais em contas do Banco, idênticas em termos técnicos, às de clientes. Quando há lugar à liquidação destas operações anulam-se estes movimentos com a data-valor da liquidação efectiva. Para efeitos prudenciais reportam-se as perdas potenciais (e apenas as perdas) que possam advir da recompra ou revenda das operações no mercado. A gestão deste risco é do Departamento de Operações nos procedimentos de liquidações de operações de bolsa e passa pelas conciliações bancárias e pela confirmação de operações e liquidações dos custodiantes e brokers utilizados. Dentro do risco de liquidação o risco de transacções incompletas é eliminado, uma vez que as liquidações externas se fazem sempre por entrega contra pagamento.

Para controlo do risco de mercado o Banco dispõe de um sistema de cálculo de requisitos mínimos de fundos próprios para posições das carteiras próprias a nível diário, no relatório de risco diário da carteira própria, relativamente a risco de crédito e de mercado, específico e geral. Neste relatório inclui-se ainda:

- a análise de valores em risco (VAR), pelo método histórico a 3 anos, com horizonte de uma semana e nível de confiança de 95 %, para cada carteira, pelas ferramentas da Bloomberg;
- a duration média e a qualidade creditícia média das posições de cada carteira;
- a posição em moeda externa;
- a concentração simples por emitente e a concentração ponderada por factores relativos à qualidade creditícia e ao prazo até à maturidade;
- a apresentação das violações dos limites definidos pela Comissão Executiva para posições e operações da carteira própria e depósitos a prazo.

Mensalmente o Banco apura ainda os valores em risco por carteira pelos mesmos métodos, mas com horizonte temporal de um mês e 3 meses, com nível de confiança a 95 % e 99 %.

Mensalmente o Banco testa o impacto a um ano sobre as obrigações da carteira bancária e de negociação da variação de todas as taxas de juro a 25 p.b., 50 p.b., 100 p.b. e 200 p.b., através de ferramentas da Bloomberg .

### c) Risco Operacional

Consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Dentro deste tipo de risco assumimos todos os riscos não considerados dentro do risco de mercado ou do risco de crédito.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Ao nível técnico, é de sublinhar o forte investimento da sociedade na informatização e em consequência desta política a disponibilidade de um sistema com elevada flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos.

O risco operacional está a ser trabalhado ao nível do projecto de Basileia II. No decurso deste projecto e em prol de uma adequada estimação deste risco foram documentados todos os procedimentos e processos relevantes, trabalho que foi utilizado para o Código do Banco Carregosa. Relacionado com estes documentos, criou-se uma matriz de risco e mitigações, conforme as definições de Basileia II. Os controlos apontados enquanto ferramentas mitigadoras do risco estão a ser testados por uma Consultora externa, que nos está a auxiliar neste projecto. Com relação aos riscos apontados criou-se uma base de dados onde são registadas todas as ocorrências de risco, com as respectivas observações, classificações e medidas. Pretende-se, em primeira linha, com isto:

- Criar uma base para monitorizar a matriz;
- Identificar os procedimentos onde devem ser tomadas medidas extraordinárias;
- Obter uma medida de risco operacional da Sociedade.

Na mitigação deste risco destacam-se as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, as acções da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores.

### c1) Risco de Sistemas de Informação

Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal sob contrato que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever, ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

Assim, reconhecendo a “informação” como um activo valioso, o Banco Carregosa tem implementado sistemas sofisticados segurança e de cópias de segurança, quer ao nível de servidores, quanto ao nível de comunicações com redundâncias de máquinas e linhas telefónicas, entre outros:

Sistema redundante de comunicações;

Reformulada estrutura de comunicações para o serviço de execução de ordens no âmbito da transição em curso para o mercado NYSE/Euronext;

Software de Check Point FW-1 NG 6.5 com substituição do primeiro nível de segurança por equipamento CISCO em ambiente de redundância;

Instalação, noutra edificação do Banco, de uma réplica da sua aplicação operacional para, desta forma, assegurar a continuidade dos serviços em caso de quebra do sistema principal (as operações efectuadas no sistema de produção são replicadas de forma automática);

Sistema de Backup redundante: existe um directório central no Banco Carregosa onde é armazenada toda a informação global da Instituição. Todos os ficheiros partilhados são replicados para o servidor central (Repositório Central) e por sua vez deste servidor para cada centro (Repositório de proximidade), assegurando uma segunda cópia de segurança de todos os ficheiros. Para além disto, existe uma ferramenta disponível a todos os colaboradores, shadow copy, que permite repor uma versão mais antiga de cada ficheiro. As cópias de segurança são efectuadas de modo automático e programadas para o final de cada dia útil, com o recurso a um autoloader da HP que compreende um conjunto de oito tapes LTO Ultrium de 400 GB o que permite obter, sem o recurso a tapes armazenadas, um histórico de

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8 dias úteis. No final de cada cópia de segurança é gerado um relatório que é enviado por correio electrónico para a Secção de Informática de forma a detectar eventuais anomalias;

Como suporte à prática actualmente em vigor e resumidamente descrita acima, a estrutura informática do Banco e o seu uso está regulamentada através de uma Instrução Interna de conhecimento dos colaboradores.

### c2) Risco Estratégico

O Banco mantém o seu plano estratégico inicial. Mesmo em face dos acontecimentos recentes da economia global e em caso de agravamento da situação, os objectivos delineados nesse plano são perfeitamente concretizáveis, porque modestos, ainda que se possa verificar um atraso temporal na sua concretização, sem pôr em causa a continuidade do negócio.

### c3) Risco de Compliance

No sentido de mitigar e controlar o Risco de Compliance, foi recentemente autonomizada a Função de Compliance, parte de um processo de criação do novo desenho organizacional que visou clarificar e melhor adequar a estrutura humana do Banco aos exigentes desafios que se lhe colocam.

O Sistema de Controlo Interno do Banco é agora constituído por três áreas funcionais que o suportam: Função Compliance, Função de Gestão de Riscos e Função de Auditoria Interna.

As acções desenvolvidas e a desenvolver pela Função de Compliance encontram-se detalhadas e descritas no “Relatório Anual 2010 de Controlo Interno” apresentado ao BdP e referente a 30 de Junho deste ano.

### c4) Risco de Reputação

Encontra-se em processo de optimização o Serviço de Gestão de Ocorrências (Reclamações, Esclarecimentos, Denúncias e Sugestões) do Banco. Estas medidas permitirão minimizar o risco de incumprimento por parte da Instituição, compreender os erros e implementar acções de forma a evitar futuras ocorrências que possam interferir com o bom nome e imagem do Banco.

Acresce que a política praticada pelo Banco de “Full Disclosure” dos riscos associados às aplicações dos clientes, minora/elimina o desconhecimento dos riscos por parte dos clientes e assim a afectação da imagem do Banco junto dos mesmos.

Contribuindo ainda para a política de transparência da sociedade e em cumprimento com o Aviso 10/2007 do Banco de Portugal, o Banco Carregosa publica o documento de Disciplina de Mercado, onde clarifica o mercado dos riscos incorridos e das suas mitigações.

### c5) Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez deriva do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos activos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. Dada esta postura, o Banco sente que o risco de acesso ao mercado se torna despiciente. O ALCO analisa mensalmente o mismatch das operações activas e passivas sugerindo alterações/correções nos prazos.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Nota Prévia:**

Dado tratar-se da primeira consolidação semestral, as contas do Balanço e da Demonstração de resultados são comparáveis entre períodos, independentemente de só se ter incorporado em 2010 as novas filiais incluídas no actual perímetro de consolidação, conforme se descreve no ponto 2.1).

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
3	<b>CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS</b>		
	Caixa	5 813	715
	Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	2 237 224	525 159
		<b>2 243 037</b>	<b>525 875</b>
4	<b>DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>		
	Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
	No País	7 418 559	4 648 275
	Em Outros Países	7 619 365	911 227
		<b>15 037 924</b>	<b>5 559 502</b>
5	<b>ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>		
	Títulos de negociação	<b>30 246 182</b>	<b>15 943 653</b>
6	<b>ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>		
	Emitidos por residentes		
	Instrum. de dívida pública (Val ant.im.ac.nic/prov.p/imp.ac.NCA)	2 304 571	251 952
	Instrumentos de capital (Val ant.im.ac.nic/prov.p/imp.ac.NCA)	307 600	0
	Outros	0	57 514
	Emitidos por não residentes		
	Instrumentos de dívida	1 552 494	3 499 218
	Outros	0	0
		<b>4 164 665</b>	<b>3 808 684</b>
7	<b>INVEST.DETIDOS ATÉ À MATURIDADE</b>		
	Emitidos por residentes		
	Instrum. de dívida pública	6 328	27 148
		<b>6 328</b>	<b>27 148</b>
	Provisões acumuladas	<b>0</b>	<b>0</b>
		<b>51 698 136</b>	<b>25 864 861</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**DISTRIBUIÇÃO DOS ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Pais Origem		Sector Actividade		Tipo Activo		Rating	
Zona Euro	2 614 976	Soberano	2 304 571	Divida Soberana	2 304 571	Tipo A	2 304 571
Brasil	767 629	Financeiro	1 860 094	Divida Subordinada	1 552 494	Tipo B	798 122
Ilhas Cayman	581 465	Energia	0	Inst. Capital	307 600	Sem Rating	1 061 972
Reino Unido	172 907	Petrolífero	0	Divida Sénior	0		
Ilha de Jersey	27 688	Outros	0	Fundo Invest.	0		
<b>Total</b>	<b>4 164 665</b>	<b>Total</b>	<b>4 164 665</b>	<b>Total</b>	<b>4 164 665</b>	<b>Total</b>	<b>4 164 665</b>

**DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE**

Pais Origem		Sector Actividade		Tipo Activo		Rating	
Zona Euro	6 328	Soberano	6 328	Divida Soberana	6 328	Tipo A	6 328
<b>Total</b>	<b>6 328</b>	<b>Total</b>	<b>6 328</b>	<b>Total</b>	<b>6 328</b>	<b>Total</b>	<b>6 328</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
8	<b>APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>		
	Aplicações		
	No país		
	Em outras Instituições de Crédito	22 678 779	9 742 881
	Em proveitos a receber	88 761	37 591
	Em Outros Países		
	Instituições de Crédito	1 293 957	0
	Em proveitos a receber	14 612	0
		<b>24 076 111</b>	<b>9 780 472</b>
9	<b>CRÉDITOS A CLIENTES</b>		
	Crédito em conta corrente		
	Crédito interno	4 898 306	4 539 346
	Crédito ao exterior	1 089 133	289 059
	Outros Créditos		
	Créditos e Juros Vencidos		
	Crédito Interno e Juros Vencidos	33 544	52 210
		<b>6 020 982</b>	<b>4 880 615</b>
	Provisões para Crédito e Juros Vencidos	<b>(32 062)</b>	<b>(50 144)</b>
		<b>5 988 921</b>	<b>4 830 471</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**

(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 30 de Junho de 2010, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de 60.503 Euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo (Nota 16).

**10** **ACTIVOS NÃO CORRENTES DISPONÍVEIS PARA VENDA**

	Saldos 30-06-2009	Aumento Período	Ajustamento	Alienação Período	Provisões Imparidades	Saldos 30-06-2010
Imóveis	175 000	0	0	0	0	175 000
Equipamento	0	0	0	0	0	0
	<u>175 000</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>175 000</u>

Em Fevereiro de 2008, a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, na Póvoa do Varzim.

Durante os anos de 2009 e 2010 foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel, sem resultado até ao momento. O Imóvel tem sido sujeito a avaliações não sendo de registar qualquer imparidade.

**11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS**

Os movimentos e saldos em 30 de Junho de 2010 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade estão representados no quadro abaixo:

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transferências	Regularizações	Valor consolidado líquido em 30.06.2010
	Valor bruto	Amortizações acumuladas						
<b>Outros Activos Intangíveis</b>								
Despesas de estabelecimento	499.876	499.876	-	-	-	-	-	0
Custos plurianuais	613.139	613.139	-	382	-	-	-	(382)
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	1.160.495	997.856	221.817	46.103	-	-	-	338.353
<b>Activos Tangíveis</b>								
Imóveis	2.502.838	736	-	28	-	-	-	2.502.073
Obras em imóveis arrendados	72.276	-	18.097	235	-	-	-	90.138
Equipamento	3.716.948	2.640.048	104.008	221.776	-	-	-	959.131
Património artístico	35.432	-	-	-	-	-	-	35.432
								-
Activos em Locação Financeira								
Imóveis	596.592	50.852	-	5.966	-	-	-	539.774
Equipamento	331.385	292.668	-	15.807	5.746	-	-	17.164
<b>TOTAIS</b>	<b>9.528.980</b>	<b>5.095.173</b>	<b>343.921</b>	<b>290.297</b>	<b>5.746</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.481.685</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS ASSOCIADAS E OUTRAS**

No primeiro semestre de 2010, ocorreu uma variação nesta rubrica, a que corresponde um investimento total no montante de 289.379 Euros. O detalhe dos investimentos em filiais associadas e outras, está decomposto como segue:

<b>INVESTIMENTOS EM FILIAIS ASSOCIADAS E OUTRAS</b>						
Filiais, Associadas e Outras	% Participação	Valor Participação	Total Cap. Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios Ajust. NCA'S	Res.Líquido Ajust.NCA's
CoolLink, Lda	50%	25 000	77 612	20 750	77 612	20 750
Górdio	49%	980 000	(99 230)	(785)	1 898 467	(785)
Lisbon Brokers, SA	34,95%	108 100	(29 048)	(338 302)	(29 048)	(338 302)
FMP SGPS	76,5%	181 279	1 485 114	(3 929)	1 485 114	(3 929)
Outras - Residuais	-	9	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>1 294 388</b>	<b>1 434 448</b>	<b>(322 266)</b>	<b>3 432 144</b>	<b>(322 266)</b>

As participações nas sociedades CoolLink, Lda e Górdio, S.A. foram registadas, em 31 de Dezembro de 2008, no Balanço consolidado pelo método de consolidação integral. As restantes, Lisbon Brokers, SA e FMP, SGPS foram adquiridas em 4 de Março de 2010, sendo também objecto de consolidação pelo mesmo método.

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
13	<b>ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS</b>		
	Activos por Impostos Correntes		
	IRC a Recuperar	<b>8 684</b>	<b>102 879</b>
	Activos por impostos diferidos		
	Diferenças temporárias		
	Activos Tangíveis	66 602	111 938
	Activos Intangíveis	0	0
	Prejuízos Fiscais	0	0
		<b>66 602</b>	<b>111 938</b>
		<b>75 285</b>	<b>214 817</b>

Os prejuízos fiscais resultaram do processo da fusão, sendo o respectivo imposto diferido activo registado no pressuposto da recuperabilidade dos prejuízos.



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
14	<b>OUTROS ACTIVOS</b>		
	Outras disponibilidades		
	Devedores e Outras Aplicações		
	Sector Público Administrativo	176 135	307 112
	Devedores Diversos	293 419	203 921
	Aplicações diversas	82 233	0
	Outros Activos	10 236	11 457
	Outros Juros e Rendimentos Similares	0	0
	Outros Rendimentos a Receber	0	0
	Obrigações do Tesouro	69 577	8 658
	Outras Obrigações	386 224	392 574
	Comissões por Serviços Prestados	510 853	329 846
	Despesas com Encargo Diferido	0	0
	Comissões Pagas	0	0
	Seguros	11 798	5 593
	Contribuições Fundo Garantia Depósito	50 000	50 000
	Outras Despesas com Encargo Diferido	66 858	51 816
	Outras contas de Regularização	0	2 725 250
		<b>1 657 333</b>	<b>4 086 227</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
15	<b>RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO</b>		
	Descobertos em Depósitos à Ordem		
	Em outras Instituições	<b>27 788 790</b>	<b>96 161</b>
16	<b>RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS</b>		
	Recursos de Clientes		
	Depósitos		
	De Residentes		
	À ordem	5 270 634	1 607 969
	A prazo	15 943 424	14 646 432
	De não residentes	0	0
	À ordem	433 869	662 273
	A prazo	3 450 033	194 905
		<b>25 097 960</b>	<b>17 111 579</b>
	Juros de Recursos de Clientes		
	Depósitos		
	De Residentes		
	De Outros Residentes	136 798	148 441
		<b>136 798</b>	<b>148 441</b>
		<b>25 234 759</b>	<b>17 260 020</b>



**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

17. MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADE, E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER

No exercício de 2010 (1º Semestre) os movimentos ocorridos nas provisões e imparidade foram os seguintes:

<b>MOVIMENTO EM PROVISÕES E IMPARIDADES E CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER</b>					
<b>PROVISÕES</b>	<b>SALDOS 31-12-2009</b>	<b>DOTAÇÕES</b>	<b>UTILIZAÇÕES TRANSFERÊNCIAS AJUSTAMENTOS</b>	<b>ANULAÇÕES REPOSIÇÕES</b>	<b>SALDOS 30-06-2010</b>
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	38 780	3 224	116	-10 058	32 062
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	57 599	35 610	76	-31 843	61 441
Outras Provisões	0	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>96 379</b>	<b>38 834</b>	<b>192</b>	<b>-41 901</b>	<b>93 503</b>

<b>Notas</b>	<b>DESIGNAÇÃO DA RUBRICA</b>	<b>30-06-2010</b>	<b>30-06-2009</b>
18	<b>OUTROS PASSIVOS</b>		
	Credores e Outros Recursos		
	Fornecedores	248 578	157 210
	Fornecedores Bens em Locação Financeira	409 799	490 246
	Credores por Operações sobre valores Mobiliários	2 734 840	3 314 706
	Outros Credores	759 457	945 844
	Outros Recursos	<b>8 297 312</b>	<b>1 407 227</b>
	IVA a pagar	17 458	1 445
	Sector Público Administrativo	151 668	101 400
	Contribuições para a Segurança Social	64 203	72 415
	Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	<b>24 845</b>	<b>11 503</b>
	Sindicatos	<b>4 572</b>	<b>2 105</b>
		<b>12 712 731</b>	<b>6 504 102</b>
	Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios	<b>244 065</b>	<b>249 153</b>
	Encargos a pagar		
	Serviços prestados bancários p/ terceiros	1 193	0
	Remunerações a Pagar ao Pessoal	457 699	453 948
	Por gastos gerais	17	0
	Outros encargos a Pagar	134 406	273 056
		<b>593 315</b>	<b>727 003</b>
	Receitas com Rendimento Diferido	<b>24 069</b>	
	Operações a regularizar	<b>696 049</b>	<b>3 483 636</b>
		<b>14 270 230</b>	<b>10 963 894</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

19. CAPITAL SOCIAL

O capital social do Banco L. J. Carregosa é de 17.500.000 de euros e encontra-se totalmente subscrito e realizado, através da emissão de 175.000.000 de acções.

A Sociedade não detém quaisquer acções próprias, nem existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis, títulos ou direitos similares.

20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o montante necessário. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital social.

Resumem-se, de seguida, os movimentos nas rubricas de Outras Reservas e Resultados Transitados, efectuados no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010:

<b>CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>SALDOS 31-12-2009</b>	<b>AUMENTOS</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>DIMINUIÇÕES</b>	<b>SALDOS 30-06-2010</b>
<b>Capital Realizado</b>	<b>17 500 000</b>				<b>17 500 000</b>
<b>Prémios de Emissão</b>	<b>369 257</b>				<b>369 257</b>
<b>Reservas de reavaliação</b>	<b>- 86 677</b>	<b>244 636</b>	0	0	<b>157 959</b>
Reserva valorização Justo valor	- 86 677	138 693			52 016
Reserva variações cambiais	0	105 943			105 943
<b>Outras Reserv. e Result. Trans.</b>	<b>1 308 014</b>	<b>805 929</b>	210.000	<b>- 567 819</b>	<b>1 756 124</b>
Reserva legal	333 597	101 593			435 190
Resultados Transitados	543 736	704 336	210.000	- 210 000	1 248 072
Outras Reservas	288 987				288 987
Reservas Consolidação	141 694			-357.819	- 216 125
<b>Total Reservas e RT</b>	<b>1 221 337</b>	<b>1 050 565</b>	<b>210.000</b>	<b>- 567 819</b>	<b>1 914 083</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>660 609</b>		<b>( 660 609)</b>	<b>- 211 468</b>	<b>- 211 468</b>
<b>Totais Capitais Próprios atrib. ao Grupo</b>	<b>19 751 203</b>	<b>1050565</b>	<b>( 450 609)</b>	<b>- 779 287</b>	<b>19 571 873</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>1 269 800</b>			<b>- 44 413</b>	<b>1 225 386</b>
<b>Totais Capitais Próprios</b>	<b>21 021 003</b>	<b>1 050 565</b>	<b>( 450 609)</b>	<b>- 823 700</b>	<b>20 797 259</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
21	<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		
	Juros e rendimentos similares de:		
	Juros de Disponibilidades	314 123	176 250
	Juros de Clientes e Outras Aplicações	908 358	868 917
		<b>1 222 481</b>	<b>1 045 168</b>
	Juros e Encargos Similares de:		
	Recursos de Outras Instituições de Crédito	7 333	4 137
	Juros de Credores e Outros Recursos	294 588	317 722
		<b>301 921</b>	<b>321 859</b>
		<b>920 560</b>	<b>723 308</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
22	<b>RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES</b>		
	Rendimentos de Serviços e Comissões por:		
	Garantias e avals	1 181	0
	Depósito e guarda de valores	8 970	34 444
	Cobrança de Valores	29 021	39 737
	Administração de Valores	93 678	20 233
	Operações de crédito	400	0
	Outros Serviços Prestados	122 367	7 364
	Operações realizadas por conta de Terceiros	4 004 288	3 234 050
	Outras comissões recebidas	8 603	847
		<b>4 268 509</b>	<b>3 336 676</b>
	Encargos com serviços e comissões por:		
	Outros compromissos irrevogáveis	0	0
	Depósito e guarda de valores	15 701	12 190
	Outros serviços bancários prestados por terceiros	8 481	16 684
	Operações realizadas por terceiros	1 827 594	1 350 501
		<b>1 851 776</b>	<b>1 379 375</b>
		<b>2 416 733</b>	<b>1 957 301</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
23	<b>RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS</b>		
	Ganhos em:		
	Activos financeiros detidos para negociação	0	0
	Títulos	3 822 845	3 007 562
	Futuros e Outras operações a Prazo	225 484	1 527
		<b>4 048 329</b>	<b>3 009 089</b>
	Perdas em:		
	Activos Financeiros detidos por Negociação		
	Títulos	4 308 942	1 537 833
	Futuros e Outras Operações a Prazo	570 232	199
		<b>4 879 174</b>	<b>1 538 032</b>
		<b>( 830 844)</b>	<b>1 471 057</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
24	<b>RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>		
	Ganhos em:		
	Activos financeiros disponíveis para venda		
	Títulos	576 023	669 752
		<b>576 023</b>	<b>669 752</b>
	Perdas em:		
	Activos financeiros disponíveis para venda		
	Títulos	66 040	593 493
		<b>66 040</b>	<b>593 493</b>
		<b>509 984</b>	<b>76 258</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
25	<b>RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL</b>		
	Ganhos em:		
	Diferenças cambiais		
	Outros itens em moeda estrangeira	838.234	251.374
		<b>838.234</b>	<b>251.374</b>
	Perdas em:		
	Diferenças cambiais		
	Outros itens em moeda estrangeira	288.027	423.335
		<b>288.027</b>	<b>423.335</b>
		<b>550.207</b>	<b>-171.961</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
26	<b>RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS</b> Ganhos em: Ganhos em activos não financeiros	3 666 <b>3 666</b>	0 <b>0</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
27	<b>OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO</b> Ganhos em: Outros Rendimentos e Receitas Operacionais Outros  Perdas em: Outros impostos Quotizações e donativos Contribuições para FGD Contrib.p/ sist.de indem.aos invest Falhas na gest. e exec. de proced Falhas de sistemas informáticos ou telecomunicações Perdas em Activos não Financeiros Outros Activos Tangíveis e Intangíveis Outros encargos e gastos operacionais	107 635 <b>107 635</b>  0 58 548 10 038 17 500 2 500 528 772 0 0 81 546 <b>171 431</b> <b>( 63 796)</b>	94 903 <b>94 903</b>  0 52 660 3 302 0 0 0 3 779 2 991 0 85 657 <b>148 389</b> <b>( 53 486)</b>

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
28	<b>CUSTOS COM O PESSOAL</b> Remunerações Dos Órgãos de Gestão De Empregados Encargos Sociais Obrigatórios Encargos relativos a Remunerações Fundo de Pensões Outros Outros custos com o pessoal	265 324 1 237 621 0 323 394 61 901 5 048 21 871 <b>1 915 160</b>	174 253 1 014 972 0 258 750 61 901 6 764 28 779 <b>1 545 419</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o número médio de colaboradores nos quadros do Banco Carregosa e Filiais e associadas, por categorias profissionais, era o seguinte:

<b>ESTRUTURA</b>	<b>30-06-2010</b>	<b>30-06-2009</b>
Administração	7	7
Direcção	18	10
Técnicos	15	9
Administrativos	16	26
Comerciais	22	20
Outros	6	4
<b>TOTAIS</b>	<b>84</b>	<b>76</b>

<b>Notas</b>	<b>DESIGNAÇÃO DA RUBRICA</b>	<b>30-06-2010</b>	<b>30-06-2009</b>
29	<b>GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS</b>		
	Com fornecimentos:		
	Água, Energia e Combustíveis	45 883	50 879
	Material de Consumo Corrente	7 913	15 316
	Publicações	7 080	8 932
	Material de Higiene e Limpeza	4 212	4 931
	Outros Fornecimentos de Terceiros	23 592	47 341
		<b>88 680</b>	<b>127 399</b>
	Com Serviços:		
	Rendas e Alugueres	177 722	167 663
	Comunicações	170 512	126 525
	Deslocações, estadas e Representação	104 772	139 845
	Publicidade e edição de Publicações	110 030	149 686
	Conservação e Reparação	45 418	39 990
	Seguros	18 005	15 870
	Avenças e Honorários	67 924	136 368
	Judiciais, Contencioso e Notariado	9 321	9 653
	Informática	55 277	62 040
	Segurança e Vigilância	2 528	1 819
	Limpeza	1 425	0
	Assessoria, comunicação e imagem	49 554	17 055
	Informações	135 813	138 281
	Bancos de dados	14 335	7 559
	Estudos e Consultas	20 250	0
	Consultores e Auditores Externos	331 878	219 444
	Traduções	0	5 559
	Outros serviços de terceiros	0	109 287
		<b>1 314 764</b>	<b>1 346 644</b>
		<b>1 403 444</b>	<b>1 474 042</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**30. DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES**

Conforme referido na nota 11, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados na referida nota. As amortizações do período findo em 30 de Junho de 2010, ascenderam a 290.297 Euros.

**31. RELATO POR SEGMENTO**

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e mais recentemente através do escritório de representação em Espanha não se considera relevante, para já, apresentar o reporte por segmento geográfico.

**32. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS**

Notas	DESIGNAÇÃO DA RUBRICA	30-06-2010	30-06-2009
33	<b>RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS</b>		
	Compromissos perante Terceiros:		
	Resp. potencial para com o sistema de indemn. aos invest.	<b>157 604</b>	<b>99 590</b>
	Responsabilidade por prestações de serviços:		
	De Depósito e guarda de valores	282 911 078	194 759 786
	Valores administrativos pela Instituição	55 499 808	24 180 559
	Outras	21 506 921	13 249 205
		<b>359 917 807</b>	<b>232 189 550</b>
	Serviços prestados por Terceiros:		
	Por depósito e guarda de valores	255 685 972	170 363 652
	Por outros serviços	21 506 921	13 249 205
		<b>277 192 893</b>	<b>183 612 857</b>
	Garantias prestadas e outros serviços eventuais:		
	Garantias pessoais	300 000	- 300 000
	Garantias reais	16 600	16 600
		<b>316 600</b>	<b>- 283 400</b>
	Garantias recebidas:		
	Garantias pessoais	<b>10 079 768</b>	<b>300 000</b>
	Outras rubricas extra-patrimoniais:		
	Créditos abatidos ao activo	1 332 127	1 332 127
	Juros vencidos	10 727	6 570
		<b>1 342 854</b>	<b>1 338 698</b>

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

33. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho vigente para o sector bancário, o Banco Carregosa, assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou de invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador no Banco Carregosa, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo, desde que aqueles benefícios não sejam suportados pelo Sistema Nacional de Pensões.

O estudo actuarial, para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados, reportados a 31 de Dezembro de 2009, foi efectuado pela Pensões Gere – S. G. F. P., S.A.

O valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2009 ascendia a 119.586 Euros.

O montante reconhecido como custo a 30 de Junho de 2010, calculado por estimativa, decorrente do estudo actuarial elaborado pela Pensões Gere e reportado a 31/12/2009, é de 61.901 Euros.

Já após o fecho de contas e preparação das demonstrações financeiras do 1º semestre de 2010, foi detectada uma incorrecção na relevação contabilística dos desvios actuariais acumulados reportados a 31/12/2009. O ajustamento em causa não tem qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras, pois apenas implica ajustamentos nas subcontas da rubrica '50-RESPONS.C/ PENSOES E OUT.BENEF' que é relevada em 'Outros Passivos' (Ver nota 18).

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.





**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2010**  
(Montantes expressos em Euros – excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Técnico Oficial de Contas

---

Pedro Baldaque

---

A Comissão Executiva

---

Pedro José Malheiro Duarte

Carlos da Costa Oliveira

Paulo Armando Morais Mendes

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

---

